

A CONSTITUIÇÃO DA BIBLIOTECA MENOR: por um educar insurgente

Sabrina da Silva de Oliveira¹
Sebastiao Kennedy Silva Soares²

Resumo: Este estudo explorou o conceito de “biblioteca menor” no contexto da educação menor e das teorias contemporâneas da biblioteconomia, ao investigar suas diferenças em relação às abordagens tradicionais para promover uma educação sensível, inclusiva, humanizadora, dinâmica e politicamente engajada. Para isso, fundamentamo-nos nas teorias educacionais de Freire (1967; 1989; 2001), Gallo (2002) e outros que destacam a politização educacional e sua subversão contra estruturas macropolíticas dominantes; e nos conceitos contemporâneos de Lankes (2011) sobre biblioteconomia como facilitadora ativa do conhecimento e interação social. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que incluiu revisão da literatura e análise interpretativa de conceitos como desterritorialização, ramificação política e valor coletivo na biblioteconomia contemporânea. Os resultados evidenciaram que a biblioteca menor rompe com as estruturas tradicionais, ao criar um ambiente de aprendizado flexível, sensível e humanizador. Além de desafiar as normas estabelecidas, ela amplia o acesso ao conhecimento crítico e promove a justiça social, o que contribui para a coesão e participação comunitárias. Em síntese, enfatizamos a evolução das bibliotecas como agentes de mudança social e educacional na sociedade contemporânea, em que se sobressai o seu papel essencial na humanização, inovação, inclusão e engajamento político.

Palavras-chave: Biblioteca menor. Educação humanizadora. Biblioteconomia contemporânea.

THE CONSTITUTION OF MINOR LIBRARY: for an insurgent education

Abstract: This study explored the concept of the “minor library” within the context of minor education and contemporary theories of library science, investigating its differences from traditional approaches to promote a more sensitive, inclusive, humanizing, dynamic, and politically engaged form of education. For that, we grounded in educational theories by Freire (1967; 1989; 2001), Gallo (2002), and others that emphasize the politicization of education and its subversion against dominant macropolitical structures; and in contemporary perspectives by Lankes (2011) on librarianship as an active facilitator of knowledge and social interaction. The research adopted a qualitative approach, including literature review and interpretative analysis of concepts such as deterritorialization, political branching, and collective value in contemporary librarianship. The results demonstrated that minor library represents a departure from traditional frameworks by fostering a flexible, sensitive, and humanizing learning environment. In addition to challenging established norms, it expands access to critical knowledge and promotes social justice, contributing to community cohesion and participation. In short, we emphasize the evolution of libraries as agents of social and educational change in contemporary society, highlighting their essential role in humanization, innovation, inclusion, and political engagement.

Keywords: Minor library. Humanizing education. Contemporary librarianship.

¹ Mestrando no Programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade do Sudoeste da Bahia. Bibliotecária no Instituto Federal do Norte de Minas - Campus Salinas. E-mail: sabrina.oliveira@ifnmg.edu.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor adjunto na Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: sebastiaokeyndy@yahoo.com.br

LA CONSTITUCIÓN DE LA BIBLIOTECA MENOR: hacia una educación insurgente

Resumen: Este estudio explora el concepto de la “biblioteca menor” en el contexto de la educación y las teorías contemporáneas de la biblioteconomía, investigando cómo la biblioteca menor se diferencia de los enfoques tradicionales para promover una forma de educación más sensible, inclusiva, humanizadora, dinámica y políticamente comprometida. Con este fin, nos basamos en las teorías educativas de Freire (1967; 1989; 2001), Gallo (2002) y otros que enfatizan la politización de la educación y su subversión contra estructuras macropolíticas dominantes; y en las perspectivas contemporáneas de Lankes (2011) sobre la biblioteconomía como facilitadora activa del conocimiento y la interacción social. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, que incluyó revisión de literatura y análisis interpretativo de conceptos como desterritorialización, ramificación política y valor colectivo en la biblioteconomía contemporánea. Los resultados demostraron que la biblioteca menor representa un alejamiento de los marcos tradicionales al fomentar un ambiente de aprendizaje flexible, sensible y humanizador. Además de desafiar las normas establecidas, amplía el acceso al conocimiento crítico y aboga por la justicia social, contribuyendo así a la cohesión y participación comunitarias. En resumen, el estudio subraya la evolución de las bibliotecas como agentes de cambio social y educativo en la sociedad contemporánea, destacando su papel crucial en fomentar la humanización, la innovación, la inclusión y el compromiso político.

Palavras-clave: Biblioteca menor. Educación humanizadora. Biblioteconomía contemporánea.

Introdução

Propor a existência da biblioteca menor requer a reflexão acerca da educação menor, bem como as diferenças entre ambas. Para compreendermos a temática, recorreremos a alguns teóricos do contexto educacional, como Gallo (2002), Chauí (2016), Freire (1967; 1989; 2001), entre outros; e, no campo da biblioteconomia, concentramos as ideias de Lankes (2011) sobre o papel de bibliotecas e bibliotecários na sociedade contemporânea, além de Carvalho (2017) a respeito da definição desse local relevante.

Reconhecemos que a existência da educação menor se evidencia apenas quando se contrasta com a educação maior, em que se sobressaem suas diferenças e são evitadas ambiguidades nas inferências sobre ela. Nessa direção, objetivamos refletir acerca da introdução de um novo conceito de biblioteca sob a perspectiva da educação e da biblioteconomia, por meio dos olhares e apontamentos da existência da biblioteca na educação contemporânea. Não pretendemos esgotar tais questionamentos levantados no trabalho, mas ampliar o olhar humanizador desse lugar de cultura e espaço político.

Tal intersecção será denominada como “Biblioeducação”, termo cunhado em 2015 por um grupo da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), sob a coordenação de Perrotti (2023). Ela é defendida como um campo de estudo que conecta a

biblioteconomia com a educação e explora suas potencialidades e interdisciplinaridades, cuja necessidade advém não apenas de um tema de interesse comum, mas também pelo histórico de aparecimento de bibliotecas no Brasil em 1549, no sistema educacional de ensino da Companhia de Jesus e por intermédio dos jesuítas.

Que por muito tempo, até meados do século XIX, continuaram atreladas a mosteiros, conventos e colégios religiosos e bibliotecas particulares, servindo como suporte à educação, quando enfim instaura-se a Fundação Biblioteca Nacional e a Biblioteca Pública da Bahia (Santos, 2010, p. 51-52).

Esse tema emergente no Brasil se deve ao fato de as bibliotecas terem sido (e ainda são) reconhecidas como recurso educacional, independentemente de seus serviços, localidade e outras questões inerentes à criação e manutenção.

Historicamente, as bibliotecas constituem centros fundamentais de preservação e disseminação do conhecimento. Com o advento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e mudanças nas dinâmicas sociais, surge a necessidade de reavaliar e expandir o papel dessas instituições, visto que, ao atrelá-las ao contexto educativo desde os primórdios, refletimos sobre a sua função nos estabelecimentos educacionais e na educação propriamente dita.

Nesse sentido, o pensamento sobre a existência de uma biblioteca menor nos leva a discorrer no tocante ao papel da biblioteca em prol da educação mais humanizadora, ou seja, comprometida com a formação integral do ser humano, como poderá ser observado nas seções subsequentes.

Educação maior e Educação menor: breve apontamento

O conceito “educação menor” se origina dos apontamentos realizados por Gallo (2002), quando o autor discute a literatura menor proposta por Deleuze e Guattari (1995). O autor explora o devir da educação a partir de pontos chave, ao fazer comparações e apontamentos necessários sobre o tema. Antes de versarmos sobre a educação menor, precisamos compreender a maior e como ela se estrutura em nossa sociedade, pois, inferimos que a primeira existe apenas quando entendemos a existência da segunda:

A educação maior é aquela dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da LDB, pensada e produzida pelas cabeças bem-pensantes a serviço do poder. A educação maior é aquela instituída e que quer instituir-se, fazer-se presente, fazer-se acontecer. A educação maior é aquela dos grandes mapas e projetos (Gallo, 2002, p. 173).

Tal pensador enfatiza que a educação maior é produzida nos gabinetes da macropolítica e expressa nos documentos, cujos princípios denotam a característica de “máquina de controle”, a qual infere a necessidade do descontrole:

[...] aprender está para o rato no labirinto, está para o cão que escava seu buraco; está para alguém que procura, mesmo que não saiba o que e para alguém que encontra, mesmo que seja algo que não tenha sido procurado [...]. Ora, se a aprendizagem é algo que escapa, que foge ao controle, resistir é sempre possível (Gallo, 2002, p. 174-175).

Nesse contexto, o discurso educacional reflete as (e é influenciado pelas) ideologias presentes nas políticas educacionais. Estas últimas, formuladas nos gabinetes da macropolítica, não apenas estruturam os sistemas de ensino, mas também impõem um padrão de controle que molda o modo de transmissão e recepção do conhecimento. Assim, tal discurso, compreendido como uma teia de significados, não se dissocia das ideologias que sustentam as políticas amplas, o que influencia profundamente nas práticas pedagógicas e na formação dos indivíduos no espaço formativo.

Compreendemos a ideologia no contexto da educação sob a perspectiva de Chauí (2016, p. 247-248), isto é, “como um *corpus* de representações e normas que fixam e prescrevem antecipadamente o que se deve pensar, agir e sentir”. Devido à sua anterioridade, a ideologia predetermina e pré-forma os atos de pensar, agir e querer ou sentir, ao lhes negar a novidade e a temporalidade. Com isso, o *corpus* visa produzir uma universalidade imaginária ao generalizar, para toda a sociedade, os interesses e o ponto de vista particulares de uma classe dominante, mas que oculta a divisão social subjacente. Para sustentar sua eficácia, a ideologia cria uma gênese imaginária por meio de teorias que explicam a origem e o desenvolvimento da sociedade, como as ideias de progresso ou desenvolvimento, para legitimar o *status quo* como algo inevitável e desejável à classe dominante.

No âmbito da educação maior, a ideologia não apenas molda as práticas educacionais e os discursos sobre educação, como também funciona como forma de controle e legitimação das

desigualdades sociais. Ela opera por meio da interiorização do *corpus* imaginário e da lógica da dissimulação, ao se manter coerente pela ocultação da própria gênese, especialmente da divisão social das classes.

Portanto, a ideologia na educação maior requer uma análise crítica para revelar as bases ideológicas e implicações para a transformação social e educacional. Como nosso propósito não é aprofundar nos meandros da ideologia, apontamos a sua existência para formular as políticas educacionais, pois “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, [1979] 2004, p. 7-8).

Diante do contraditório às políticas formuladas e implementadas surge o subverter, ou seja, o fazer contrário ao que está posto nos documentos, pois, se por um lado existe a educação maior, por outro há a menor. Esta última se manifesta de modo contrário no ato de sair do controle, dado que a máquina de controle nos obriga a várias situações, como observado anteriormente na metáfora sobre o rato e o labirinto.

Frequentemente, a educação maior se pauta nas grandes políticas e negligência as diferenças presentes na sociedade, pois tende a reproduzir o pensamento da classe dominante que, por meio de seu discurso ideológico, formula as diretrizes que governam a sociedade. Freire (2001), ao abordar a diversidade, afirma que as diferenças interculturais existem com “cortes” de classe, raça, gênero e, como alongamento destes, de nações; logo, tais discrepâncias geram ideologias igualmente discriminatórias e de resistência.

É notória a ideologia na educação menor; no entanto:

Não é a cultura discriminada a que gera a ideologia discriminatória, mas a cultura hegemônica a que o faz. A cultura discriminada gesta a ideologia de resistência que, em função de sua experiência de luta, ora explica formas de comportamento mais ou menos pacíficos, ora rebeldes, mais ou menos indiscriminadamente violentos, ora criticamente voltados à recriação do mundo (Freire, 2001, p. 18).

Como argumenta Freire (2001), a ideologia de resistência emerge das culturas discriminadas para responder às formas hegemônicas de dominação e exclusão. Na educação menor, ela não apenas contrapõe as políticas educacionais, mas também resiste a normas e práticas impostas pela educação maior. Guiada pelas experiências e culturas marginalizadas, tal

viés desafia a máquina de controle e fornece alternativas que valorizam a diversidade e promovem uma educação inclusiva e emancipadora.

Gallo (2002), ao propor a existência da educação menor, se distancia dos modelos tradicionais e centralizados constantes nas políticas. Esse conceito enfatiza a desterritorialização, a ramificação política e a valorização do coletivo, ao desafiar as estruturas institucionais de ensino e valorizar a singularidade e a diversidade dos indivíduos. Nesses termos, a educação menor se transforma em “ideologia de revolta, resistência e insurgente”:

Uma educação menor é um ato de revolta e de resistência. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas; sala de aula como trincheira, como a toca do rato, o buraco do cão. A sala de aula como espaço a partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquém ou para além de qualquer política educacional. Uma educação menor é um ato de singularização e de militância (Gallo, 2002, p.173).

O ato de revolta é um devir que se manifesta na educação menor como uma forma de resistência ativa contra as estruturas instituídas e as políticas educacionais dominantes. De acordo com Gallo (2002), a educação menor se configura como um espaço de rebelião e de resistência, em que a sala de aula não é apenas um ambiente de ensino-aprendizagem, mas uma trincheira de luta. Assim como o rato no labirinto ou o cão que escava seu buraco, percebemos que a educação menor cria espaços para traçar estratégias e estabelecer uma militância que transcende as imposições políticas e educacionais.

De fato, o devir na educação menor pode ser compreendido como um processo dinâmico de transformação e de busca pela educação que não se limita às normativas e aos interesses das elites dominantes, em direção a uma perspectiva humanizadora e inclusiva, que valoriza a singularidade dos indivíduos e suas experiências de resistência. Ao invés de reproduzir ideologias dominantes, a educação menor cria espaços de autonomia e de crítica, com uma recriação constante do presente e do futuro educacional.

Em síntese, o devir na educação menor não se restringe a um estado estático ou conjunto de práticas pré-determinadas, por ser um processo contínuo de reinvenção e resistência criativa contra as formas de controle e normalização impostas pelo sistema educacional maior. Deleuze e Guattari (1995, p. 18) abordam o Estado e as questões da literatura, educação e devir menor, *in verbis*:

Estado sempre existiu, e muito perfeito, muito formado [...] ele mesmo sempre esteve em relação com um fora, e não é pensável independentemente dessa relação. A lei do Estado não é a do Tudo ou Nada (sociedades com o Estado ou sociedades contra o Estado), mas a do interior e do exterior. O Estado é a soberania. No entanto, a soberania só reina sobre aquilo que ela é capaz de interiorizar, de apropriar-se localmente. Não apenas não há Estado universal, mas o fora dos Estados não se deixa reduzir à “política externa”, isto é, a um conjunto de relações entre Estados. O fora aparece simultaneamente em duas direções: grandes máquinas mundiais, ramificadas sobre o ecúmeno num momento dado [...]; mas também mecanismos locais de bandos, margens, minorias, que continuam a afirmar os direitos locais de sociedades segmentárias contra os órgãos de poder do Estado.

Por estar constantemente em interação com o que está além de seus limites, o Estado não existe de maneira isolada; logo, essa relação não se limita apenas às relações entre Estados (política externa), como também inclui outras formas de organização social que não se enquadram nos moldes do Estado. A soberania está ligada à capacidade de interiorizar e controlar localmente certos aspectos da sociedade, mas sem abranger todos os aspectos da vida social, por haver elementos que “escapam” ao seu controle, se excluem da influência direta e que podem incluir comunidades locais, grupos minoritários, movimentos sociais, entre outros.

O elemento “externo” do Estado não é homogêneo, pois se manifesta de várias maneiras: por um lado, existem “grandes máquinas mundiais” como estruturas globais complexas que operam em uma escala global e influenciam eventos e dinâmicas em todo o mundo; por outro lado, há “mecanismos locais de bandos, margens e minorias” que representam formas de organização social, afirmam direitos locais e resistem às imposições do poder estatal centralizado.

Aqui sintetizamos a educação menor e outros elementos de igual teor, não no sentido de pequeno, mas resistência e “descontrole do controle”, como mencionado anteriormente. Gallo (2002, p. 174-176) ainda se atenta para as três características da educação menor – “desterritorialização, ramificação política e valor do coletivo” –, as quais serão elencadas no próximo tópico.

A biblioteca como espaço de diálogo e ação

Assim como Gallo (2002), em educação menor e maior, partimos do pressuposto de que a biblioteca menor existe por haver a maior. A segunda se funde ao conceito de educação maior,

a serviço das ideologias dominantes, mas acrescentamos aspectos da sociedade contemporânea propostos por Lankes (2011) que, para nós, ampliam o entendimento a biblioteca menor.

Então, a biblioteca maior repete e mantém o *status quo* presente no que é imposto pelas grandes políticas, como descrito nos dicionários:

1. Coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado como propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos. Muitas bibliotecas também incluem coleções de filmes, microfilmes, discos, vídeos e semelhantes que escapam à expressão ‘material manuscrito ou impresso’. 2. Coleção organizada de registros de informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação dos usuários. Neste contexto, a palavra biblioteca abrange os objetivos e funções de outros tipos de serviços de informação, que seriam qualificados como centro de documentação, serviços de informação [...]. 3. Sala ou prédio onde são guardadas, ordenadamente, coleções de livros e outras espécies documentárias [...] (Cunha; Cavalcanti, 2008, p.48-49).

Essa visão tradicional da biblioteca demonstra a falta de zelo ao refletir sobre o seu papel social, como revelado por Lankes (2011, p. 16, tradução nossa) sobre a dinâmica desse setor, dado “que uma sala cheia de livros é simplesmente um armário, mas que uma sala vazia com um bibliotecário é uma biblioteca”. Adiante, o autor reforça, *ipsis litteris*: “Da mesma forma, para melhorar as bibliotecas, não olhamos para teorias de edifícios, mas para teorias que orientam os objetivos que os bibliotecários procuram alcançar” (*ibidem*, p. 22, tradução nossa).

Desse modo, a educação está para o professor assim como a biblioteconomia para o bibliotecário, e a biblioteca é a sala de aula deste último; logo, não seria adequado redefinir “biblioteca” para uma contemporaneidade, mesmo antes de pensarmos no desafio de encontrar a biblioteca menor? Se existe essa necessidade, precisamos apresentar um caráter inicial do que ela seria no conceito mais unificador, com informações sobre o que não é de fato, isto é, espaço, prédio, acervo disponível, tipologia, modo concreto ou virtual, políticas públicas, tecnologia e, tampouco, ferramentas ofertadas.

Uma biblioteca pública se inicia com a presença de um bibliotecário e se concretiza com a comunidade que a frequenta – essas ideias são percepções de vivências bibliotecárias, pesquisadoras, leitoras e de comunidades inteiras que perpassam nossos caminhos. Afinal, qual a funcionalidade de um espaço repleto de livros, mas sem frequentadores? Para isso, devemos entrar uma biblioteca de uma periferia/comunitária que geralmente não possui grandes acervos

ou tecnologias, mas são repletas de fluxos, informação, conhecimento e pessoas. Ela é, pois, a comunidade que a frequenta e deve refleti-la.

Carvalho (2017) discorre sobre as teorias que conceituam a biblioteca e afirma que elas norteiam a atuação da biblioteconomia, por haver diferentes conceitos para as visões de acordo com o Estado, a iniciativa privada e a biblioteconomia em si – no cerne desta última, inclusive, ela é concebida como “unidade/ambiente de informação”.

Diante desse conceito, a biblioteca se apresenta como “unidade de informação”, em que nos permitimos não reduzir seus significados, e sim entendê-la como múltipla, com intencionalidade político-social; logo, abarcamos as complexidades dinâmicas de sua atuação em diversos âmbitos de gestão, processos, fluxos e tecnologias de informação, os quais se voltam à própria comunidade. Esta última é designada como usuários/sujeitos da informação, em que a biblioteca é vista como “infosfera”:

[...] que revela a possibilidade de produção, acesso e uso da informação em qualquer tempo, espaço, suporte, visto que o ambiente aqui é compreendido como tudo que rodeia a biblioteca (gestão, processos, fluxos, tecnologias, serviços, produtos e a realidade social dos sujeitos de uma maneira geral) (Carvalho, 2017, [n.p.]).

A biblioteca maior se forja nos meandros da ideologia dominante e se sustenta nos arranjos das políticas educacionais e culturais que refletem e perpetuam o *status quo*, como dito alhures. Assim como a educação maior descrita por Gallo (2002), a biblioteca com a mesma característica compreende a instituição alinhada à diretrizes e normas estabelecidas por poderes dominantes, ao atuar como máquina de controle que molda o imaginário social e a produção de conhecimento de acordo com interesses específicos.

Ocasionalmente, ainda há a conceituação da biblioteca na sociedade sob o mesmo entendimento de espaço físico com serviços, técnicas ou tecnologias específicas. Por isso, precisamos usar várias tipologias para descrevê-la, mas sem pensar acerca de suas comunidades e necessidades, além do perfil do profissional atuante nesse setor.

De maneira análoga à educação maior, a biblioteca maior exerce uma função reguladora e determina o que deve ser lido, pesquisado e conhecido de acordo com parâmetros pré-estabelecidos. Por isso, a definição voltada ao próprio acervo se insere perfeitamente no conceito de biblioteca maior e se consolida como um espaço físico e simbólico de preservação

e disseminação do conhecimento sancionado por elites culturais e políticas.

Em grande parte, os espaços de bibliotecas são vistos como depósitos de livros, ambientes de silêncio e clausura no ambiente educacional, pois respondem a uma necessidade ideológica dominante. Mas, como apresentado por Gallo (2002), a educação menor se contrapõe à maior, enquanto a biblioteca menor é tecida no maquinário que forja a maior é tecida, como será constatado na sequência, em conformidade às ideias de desterritorialização, ramificação política e valor coletivo.

Desterritorialização: redefinindo o espaço da biblioteca

Nesse movimento se abandona um território, o que pode levar à própria destruição; logo, não se trata apenas de uma mudança física, mas de um processo contínuo de transformação e superação dos limites impostos pelo território. Como visto, este último é considerado um espaço físico, social ou mental onde pessoas ou grupos estabelecem ordem, identidade e rotina. Por sua vez, a reterritorialização diz respeito ao movimento de reconstrução do território após a desterritorialização. Nesse entremeio:

A noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que dela fazem a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos e investimentos nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos [...] A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais. A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante (Guattari; Rolnik, 1996, p. 322).

Para Gallo (2002), na educação menor se desterritorializam os processos educativos, ao passo que, na biblioteca menor, isso ocorre com as conversações fundamentadas na teoria da conversação proposta por Lanks (2011), relativa à forma de aprendizado das pessoas, na qual concentram a aprendizagem e o conhecimento. Nesse sentido, os processos de conversação se

iniciam em estantes, balcões e mediações realizadas pelos bibliotecários nos espaços das bibliotecas, sobretudo em perguntas como “onde fica o livro da capa verde que peguei no ano passado?”. Os processos de conversação podem ser vistos nos meios que não são alcançados pelas grandes políticas ou, ainda, onde as grandes políticas são rígidas, o que gera processos de resistência.

Em ambientes onde as grandes políticas impõem regras rígidas, a criatividade e a subversão encontram espaço para florescer, sobretudo nas bibliotecas menores. Nelas, a interação direta entre os bibliotecários e a comunidade permite o atendimento às necessidades locais e individuais, algo frequentemente ignorado no contexto macro. Quando um indivíduo entra na biblioteca e participa de atividades de letramento informacional, ele descobre a existência de outros elementos além dos planos decenais e das diretrizes formais, cujo processo “integra as ações de localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas” (Gasque, 2010, p. 83). Esse tipo de letramento permite à comunidade da biblioteca se tornar autogerida e crítica na busca por conhecimento, o que rompe com as restrições impostas por uma educação formal maior e permite a alfabetização dos sujeitos, “transcendendo a decodificação para situações em que há o uso efetivo da língua nas práticas de interação em um contexto específico” (*ibidem*, p. 85).

Em uma biblioteca menor, constatamos a fluidez como espaço de humanização e formação. Quando o usuário escolhe um livro nas estantes, não oferecido diretamente, mas advindo de sua curiosidade ou de uma atividade promovida pela biblioteca, ele rompe com as correntes de controle originadas de uma ideologia dominante e, por vezes, seleciona clássicos sem fazer jus ao contexto social dos indivíduos. Cândido (2006) argumenta que a compreensão integral de uma obra literária exige a fusão de (con)texto, na qual fatores sociais e a estrutura literária se combinam em um processo dialético. Ele critica as abordagens que consideram apenas o aspecto estético ou sociológico da literatura, ao enfatizar que o ambiente social é uma parte da obra.

Quando o bibliotecário seleciona obras não descritas no plano decenal, seja proveniente de projetos, indicações de professores e estudantes ou, ainda, de grupos de estudos, constitui uma biblioteca menor. Tal setor é perpassado pela liberdade, como preconiza Freire (1967), que defendia uma educação emancipadora e crítica como ato de liberdade, para os indivíduos se

tornarem sujeitos da própria aprendizagem e transformação social.

Na biblioteca menor e na biblioteconomia contemporânea proposta por Lankes (2011), o bibliotecário se torna um personagem central, cujo foco reside na aprendizagem, e não no acervo. Se, na educação maior, sempre dizem “o que ensinar, como ensinar, para quem ensinar, porque ensinar” (Gallo, 2002, p. 174), na biblioteconomia indicam a disposição do acervo e como selecionar as obras. Mas, o que podemos mencionar acerca dos processos de aprendizagem conectados nos processos de conversação ocorridos na biblioteca? E as necessidades da comunidade?

Como dito por Lankes (2011), o foco da teoria da conversação não se refere a livros e artefatos, mas ao processo de aprendizagem: “Uma biblioteca onde as pessoas estão aprendendo e construindo seu conhecimento pode não ter livros, nem computadores, nem DVDs, nem prédio. O que terá é um bibliotecário facilitando o processo” (Lankes, 2011, p. 23, tradução nossa). O autor relembra que a história está conectada a lembranças da biblioteca de Alexandria³, apesar de muitos se esquecerem de que ela não era constituída de apenas um prédio, e sim um *campus* que existia para interação de acadêmicos e viajantes – naquela conjuntura, o bibliotecário não era visto como zelador, e sim conselheiro dos governantes.

Sobre isso, Lankes (2011) elucida que até a forma como se conta a história da biblioteca reforça uma cosmovisão baseada na ideologia dominante de reprodução a partir de seu acervo. Assim como o referido autor, convidamos a falar sobre a biblioteca sem acervo para ver que, em primeira instância, as pessoas citarão computadores e bibliotecas digitais/virtuais, mas, neste artigo, discorreremos sobre a biblioteca em sua essência.

Ela é menor quando se trata de comportamento e aprendizagem, sobretudo quando tais processos se efetivam em seus espaços. Quando o bibliotecário entende que sua missão não corresponde à única autoridade no processo de buscar informação, mas sim de se entender como uma das múltiplas fontes consistentes que levam até ela, se torna o mediador entre a comunidade e as aspirações desta última. Ele deve se desvirtuar das ações impostas pela classe

³ “Foi uma das bibliotecas mais importantes e marcantes do mundo. Segundo os registos ainda existentes, a biblioteca foi fundada no início do sec. III A.C, sob o reinado de Ptolomeu II. A biblioteca continha obras dos grandes pensadores mundiais, entre eles Homero, Sócrates, Platão, entre outros grandes pensadores e filósofos gregos. Acredita-se que o incêndio da biblioteca foi uma enorme perda para a humanidade, visto que inúmeras obras foram destruídas e queimadas. Como tal, não é de estranhar que haja teorias de conspiração e/ou alguns mitos/mistérios relativamente à biblioteca de Alexandria” (Universidade Federal do Pará, 2020, [n.p.]).

dominante, entender as pretensões da comunidade e guiá-la nessas buscas.

Notoriamente, a biblioteca não se desterritorializa quando se conecta ao ambiente digital e, na biblioteca menor, tal processo envolve a remoção das barreiras físicas e institucionais que tradicionalmente limitam o acesso ao conhecimento. Em um mundo globalizado e digital, não podemos confundir desterritorialização com digitalização ou webzação, visto que tal vocábulo amplia o acesso ao conhecimento e permite flexibilidade e responsividade à biblioteca, em se tratando das necessidades da comunidade.

Em vez de um espaço físico fixo e rigidamente estruturado, a biblioteca menor é fluida e dinâmica, capaz de se adaptar rapidamente às transformações nas demandas da comunidade. Isso facilita o desenvolvimento de um ambiente em que todos são bem-vindos e podem participar ativamente do processo de aprendizado. Para tal, os bibliotecários precisam saber que estamos na biblioteca para produzir diferenças/diversidades, assim como acontece na educação menor, o que impede a concretude da biblioteca maior em prol da ideologia dominante.

Dessa forma, a desterritorialização na biblioteca menor produz processos de aprendizagem, em que são consideradas as características das comunidades locais e dos indivíduos, principalmente quando pensamos em educação que deve, simultaneamente, evitar a barbárie e buscar a emancipação dos sujeitos (Adorno, 1995). Não há repressão e se valorizam os sujeitos na integridade plural, o que nos leva a superar a ideia do espaço educacional como reprodutor de uma ordem hegemônica.

Ramificação política

Nesse processo, as estruturas de poder político se dispersam e se manifestam em diferentes níveis e contextos da sociedade. Em essência, isso significa que a política não é apenas uma atividade ou instituição isolada, por estar intrinsecamente entrelaçada em várias facetas da vida social, econômica e cultural:

Se na educação menor, a ramificação política se manifesta por meio da desterritorialização das ações da educação maior, por um posicionar e agir contra o macropolítico. A ramificação política se manifesta nas micropolíticas, nos atos cotidianos, do dia-a-dia. Para a educação menor não é o que se manifesta no todo que é importante, mas as questões rizomáticas, segmentadas, conectar-se e fazer rizoma com alunos, com outros professores (Gallo, 2002, p.175-176).

Na biblioteca menor, entendemos que a ramificação política se apresenta também no contexto micropolítico, nas ações da conversação, nos projetos de extensão e ensino, nas atividades realizadas com as comunidades interna/externa e entre os acontecimentos da biblioteca maior; por isso, atua como um espaço de diálogo e reflexão política, com discussões sobre elementos sociais e culturais relevantes. Esse papel é particularmente importante na sociedade em que o discurso político é frequentemente polarizado e fragmentado.

Freire (1967, p. 97) afirma que “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”. Esse papel das bibliotecas contemporâneas também se insere nas menores, espaços nos quais indivíduos de diferentes origens e perspectivas podem se reunir para debater questões importantes, principalmente porque “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (Arendt, 2007, p. 15-16).

Ao palestrar no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em João Pessoa, Brasil em 1992, Freire (1989) argumentou que a educação é intrinsecamente política, o que torna impossível negar essa característica do processo educativo. Ela não pode ser neutra e está sempre a serviço de interesses específicos, sejam eles explícitos ou implícitos, em que a classe dominante, ao alcançar o poder, a molda de acordo com seus interesses, a exemplo da burguesia, que sistematizou a esfera educacional conforme as próprias necessidades na tomada do poder.

O conceito de “ramificação política” complementa a visão de Freire (1989), ao sublinhar como as estruturas de poder se manifestam em diferentes contextos da sociedade, o que inclui a educação e as bibliotecas. A ideia de que a política permeia todos os níveis e aspectos da vida cotidiana, especialmente no âmbito micropolítico, ressoa fortemente com a tese proposta pelo referido autor sobre a inseparabilidade entre educação e política.

Na esfera das bibliotecas menores e da educação menor, a ramificação política é representada por meio das interações diárias e micropolíticas que são menos visíveis, mas igualmente importantes. Ao se conectar de maneira rizomática, ou seja, de forma não linear e descentralizada e com alunos e professores, a educação menor enfatiza a importância de

relacionamentos e ações cotidianas que desafiam a estrutura macropolítica dominante e/ou colonial. Para Deleuze e Guattari (1995), o rizoma é um modelo de organização oposto à hierarquia tradicional e linearidade, caracterizado por múltiplas entradas e saídas, interconectividade e a capacidade de se ramificar de maneira imprevisível e infinita.

De tal modo, as bibliotecas menores atuam como espaços cívicos onde ocorre a conversação e a reflexão política. Freire (1989) argumenta que a clareza sobre “a favor de quem e do quê” a educação é essencial para compreender a sua natureza política e reflete na prática das bibliotecas menores que, ao se engajarem com suas comunidades e apoiarem movimentos sociais, demonstram um compromisso explícito com causas específicas e reforçam ações politicamente informadas e direcionadas.

Além disso, a biblioteca menor pode se envolver ativamente com a comunidade, apoiar movimentos sociais e colaborar com organizações locais para ampliar o impacto. Não se compromete apenas o acesso ao aprendizado, como também a busca, como se encontra, porque se acha e quem está buscando. Essa ramificação política permite ao referido setor um papel ativo na promoção da justiça social e na defesa dos direitos humanos, entendidos aqui com base nos pressupostos de Góes Júnior (2021, p. 27779):

[...] os direitos humanos, são visualizados como integrantes de uma ética da alteridade, construída, pela ação cidadã e democrática (ação ético-política) de defesa de direitos, isto é, pela participação direta e consciente na construção de uma igualdade efetiva entre as pessoas. Por isso mesmo, são parâmetros sociais de convivência fundados no processo de busca incessante da justiça social, cultural, econômica, política e ecológica. Não são a priori. São arcabouços de condições de vida com dignidade que se refazem e se modificam na práxis, na dialética social, porque colocados como elementos basilares das relações que cada um e cada uma tem com o mundo na construção do “ser mais” (da produção, reprodução e desenvolvimento da vida em comunidade).

As interações cotidianas da conversação, da ação, do fazer, do não resolvido, do esteticamente irrazoável, por não se esperar, às vezes se confundem e levam ao aprendizado conjunto de bibliotecários e comunidades, professores, biblioteca e o fazer da biblioteconomia. Aqui engajamos a comunidade sem criarmos modelos ou nos escorarmos nos aparatos do sistema e de suas ideologias.

Contrariamente ao fazer bibliotecário, que sempre foi (e será) menor, as bibliotecas se

constituem por um pacto “envolto numa crosta crescente de práxis, políticas, padrões, cooperativas, currículos e aversão ao risco que congelou a profissão quando esta está tão desesperadamente em crise necessidade de agilidade” (Lankes, 2011, p. 29, tradução nossa). Aos bibliotecários é incumbida a missão de:

[...] melhorar a sociedade facilitando a criação de conhecimento em suas comunidades [...] É esta missão e a visão de mundo associada que verdadeiramente definem os bibliotecários. [...] É também a nossa missão e visão do mundo que devemos levar ativamente às nossas comunidades para forjar um novo pacto social onde as bibliotecas sejam recompensadas e responsabilizadas não pelos itens que mantemos, mas pelas melhorias reais que facilitamos (Lankes, 2011, p. 29, tradução nossa).

Se o conhecimento é criado por meio da conversa, ele se eleva na ramificação política e, no cerne da conversação nas bibliotecas, a teoria da conversação detalha que: “Fazer parte de uma conversa significa ter voz e ser ativo na formação dessa conversa. Ser ativo não é ser invisível” (Lankes, 2011, p. 33, tradução nossa). Esse processo acontece com o outro, mas também consigo mesmo; afinal, ler não é conversar com o autor, e sim consigo mesmo.

Nesse âmbito, “a biblioteca não deve ser pensada apenas como espaço público, por ter um caráter cívico e, como tal, ela serve ao público e se regulamenta em nome do público” (Lankes, 2011, p. 65, tradução nossa), ou seja, está para além do uso e da disposição de seu acervo, onde ocorre a conversação em que todo mundo fala e ouve. Enquanto isso, a biblioteca menor possui um viés cívico, pois, ao realizar a ramificação política, ela fortalece sua função primordial: permitir o aprendizado.

Valor coletivo: construindo comunidades inclusivas e colaborativas

O “valor coletivo” se refere a princípios, ideais ou objetivos compartilhados por um grupo ou sociedade, conforme a relevância dada pela comunidade em algo desejável ou digno de busca e promoção. Pode abranger uma ampla gama de áreas, como ética, moral, política, justiça social, econômica, cultural, ambiental, entre outras que variam de acordo com a sociedade e até mesmo no mesmo contexto, a depender de fatores como história, cultura, religião e situação socioeconômica, com o envolvimento de questões além dos agrupamentos sociais:

“Coletivo” aqui não deve ser entendido somente no sentido de agrupamento social. Ele implica também a entrada de diversas coleções de objetos técnicos, de fluxos materiais e energéticos, de entidades incorpóreas, de idealidades matemáticas, estéticas, etc. (Guatarri; Rolsnik, 1996, p.317)

O valor coletivo é um elemento central na biblioteca menor, pois incorpora as noções de apropriação e subjetivação de espaços comuns, com ênfase na construção de um espaço colaborativo em que a diversidade é celebrada, e a inclusão, promovida. Nesse tipo de biblioteca, as pessoas podem compartilhar conhecimentos, experiências e recursos para fortalecer o tecido social da comunidade.

A valorização do coletivo implica o compromisso com a equidade e a justiça social (Arendt, 2007), em que a biblioteca menor trabalha para garantir, a todos os membros da comunidade, um acesso igual aos recursos e serviços, independentemente da origem ou condição socioeconômica. Esse compromisso com a inclusão e a justiça social é fundamental para a missão da biblioteca menor, direcionada a um ambiente no qual todos se sentem valorizados e respeitados, pois entendemos que “a consciência humanista é a disposição para ouvir a voz da própria humanidade e independe de ordens dadas por qualquer outra pessoa” (Fromm, 1969, p. 95).

Voltamos ao pensamento de Freire (1989) para finalizarmos este tópico com a seguinte pergunta: “a favor de quem e do quê a educação é conduzida?”. Aqui sublinhamos a importância de uma educação orientada por valores coletivos, com vistas ao bem comum e à justiça social, isto é, que visa atender às necessidades das comunidades para haver solidariedade e a coesão social; logo, condiz a uma proposta humanizadora e inclusiva.

Considerações finais

A biblioteca menor emerge na interseção entre a educação menor e as ideias contemporâneas de biblioteconomia como um espaço de aprendizado, ao mesmo tempo, inclusivo, flexível e engajado politicamente. Esse conceito envolve a desterritorialização do seu espaço físico e a ramificação política, ao se tornar um centro de diálogo e ação comunitária com valor coletivo. Inclusive, as teorias contemporâneas da biblioteconomia, exploradas por Lankes (2011), promovem uma visão de bibliotecas como agentes ativos na criação e disseminação do conhecimento.

Em vez de meros guardiões de livros, as bibliotecas contemporâneas são vistas como plataformas dinâmicas que facilitam a interação social e o desenvolvimento da comunidade. Lankes (2011) argumenta que os bibliotecários devem se tornar facilitadores do conhecimento, por auxiliarem a comunidade a acessar e criar informações de maneira significativa.

Nesse contexto, a biblioteca menor redefine o papel das bibliotecas na sociedade contemporânea e propõe um modelo que transcende as limitações físicas e institucionais. Ao focar na desterritorialização, na ramificação política e no valor coletivo, ela se posiciona como um agente de mudança, com vistas à educação inclusiva e reflexiva – tal concepção desafia a ideia tradicional de biblioteca como um espaço estável e ordenado de conhecimento.

Portanto, a biblioteca menor se desfaz das barreiras tradicionais para criar um ambiente humanizador, inclusivo e dinâmico, mas, de modo paradoxal, amplia significativamente seu alcance e relevância na sociedade. Desse modo, acreditamos que a ideia da biblioteca menor não apenas enriquece a função desse setor, mas também oferece uma nova perspectiva sobre o papel da educação na sociedade.

A biblioteca menor não é apenas um lugar onde o conhecimento é armazenado, pelo fato de o aprendizado ser vivo, dinâmico e moldado por necessidades e experiências da comunidade. Por um lado, inferimos que as bibliotecas são instituições que preservam e perpetuam determinadas formas de saber e poder por outro lado, as formas de saber e poder podem ser contestadas, reinventadas e resistidas. Assim, a biblioteca menor representa um desafio à autoridade do conhecimento estabelecido e uma afirmação da diversidade, multiplicidade de vozes e resistência cultural.

Vale salientar que a produção da resistência forçada pela máquina de controle pode deixar de produzir novos processos direcionados à biblioteca maior. Gallo (2002) se atenta à reterritorialização, em que a reconstrução dos espaços pode constituir a reconstrução da educação maior. Para a biblioteca menor utilizar seu potencial libertário, ela precisa não se render aos aspectos impostos pela máquina de controle, em que deve resistir, em maneira análoga à educação menor, que compreende uma máquina de resistência. Assim sendo, o maior feito é nunca se deixar reterritorializar pelos meandros da ideologia dominante.

Devemos insurgir nas arestas da educação como arcabouço para o devir dessa área. Educar-se em tais margens significa não apenas resistir à homogeneização imposta pela

máquina de controle, mas também criar novas possibilidades/caminhos que permitam o florescimento da esfera educacional. Nesse espaço de resistência, ela encontra sua verdadeira força e a capacidade de se reinventar de modo contínuo.

Destarte, insurgir é abraçar o dever da educação, bem como entender que a verdadeira transformação ocorre nas fronteiras, nos espaços limítrofes onde as ideias dominantes são desafiadas e há a possibilidade de imergir novas formas de aprendizado e ensino. É, portanto, um ato de coragem que busca não apenas preservar a diversidade, mas cultivá-la como fonte de potência educacional. Assim, a biblioteca menor se posiciona como uma máquina de resistência contra a uniformização e a domesticação do conhecimento, além de se apresentar como catalisadora do pensamento crítico e da criatividade, aspectos essenciais para o desenvolvimento de uma educação insurgente.

Referências

- ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2007.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Azul, 2006.
- CARVALHO, Jonathas. Afinal, o que é uma biblioteca. **Biblio**, [s.l.], [s.n.], [n.p.], 2017. Disponível em: [https://biblio.info/afinal-o-que-e-uma-biblioteca/#:~:text=para%20a%20comunidade%3B-A%20biblioteca%2C%20como%20%E2%80%9Ccole%C3%A7%C3%A3o%20de%20acervos%2Fdocumentos%E2%80%9D%2C,como%20ambiente%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o\)%3B](https://biblio.info/afinal-o-que-e-uma-biblioteca/#:~:text=para%20a%20comunidade%3B-A%20biblioteca%2C%20como%20%E2%80%9Ccole%C3%A7%C3%A3o%20de%20acervos%2Fdocumentos%E2%80%9D%2C,como%20ambiente%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o)%3B). Acesso em: 19 jun. 2024.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Hkd5kq8TC4k7bgfGBY7PNds/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2024. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022016420100400>.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. 2. ed. Rio de Janeiro: 34, 1995.
- FREIRE, Paulo. Alfabetização de alunos e bibliotecas populares – uma introdução. In: FREIRE, Paulo (org.). **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 25.

ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989, p. 15-21.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf. Acesso em: 19 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em:

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf.

Acesso em: 19 maio 2024.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder, Genealogia e Poder e Soberania e Disciplina. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, [1979] 2004, p. 1-14; 167-191.

FROMM, Erich. **A revolução da esperança**: por uma tecnologia humanizada. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

GALLO, Sílvio. Em torno de uma educação menor. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 173-175, maio, 2002. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25926>. Acesso em: 29 mai. 2024.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39 n. 3, p. 83-92, set./dez. 2010.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/9L8b38v48WBQSQVRX63BMsw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2024.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GÓES JUNIOR, José Humberto de. A complexa concepção de direitos humanos no pensamento de Paulo Freire – Paz, mundo e socialismo no processo de libertação do sujeito ético-político. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro v. 12, n. 4, p. 2758-2783, out./dez. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/wdSjRPmNQnD6yG9PJ3NdqCv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2021/62748>.

LANKES, David. **The Atlas of New Librarianship**. Cambridge: MIT, 2011. Disponível em: https://ia902705.us.archive.org/35/items/mit_press_book_9780262300087/mit_press_book_9780262300087.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

PERROTTI, E. Biblioeducação, rompendo paradigmas: transversalidade e verticalidade na Era da Informação. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v.

17, p. e023055, 2023. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/15162>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DOI: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2023.v17.e023055>.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132/168>. Acesso em: 19 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Biblioteca Benedicto Monteiro. **Conheça a biblioteca de Alexandria**: uma das mais importantes do mundo. Ananindeua: UFPA, 2020. Disponível em: <https://www.biblio.campusananindeua.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/573-conheca-a-biblioteca-de-alexandria>. Acesso em: 19 jun. 2024.

Submetido em: 24/06/2024

Aceito em: 14/07/2025

Citações e referências
conforme normas da:



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS